

# Um alerta da indústria

*Economia - Brasil* 23 AGO 1983

Através da Confederação Nacional da Indústria, o empresariado brasileiro acaba de manifestar inquietação e, mais do que isso, o temor de que a política econômico-financeira, recém-direcionada pelo Governo no sentido de debelar a crise, recolha resultados muito mais dramáticos do que os previstos pelas autoridades. Com efeito, documento de análise do desempenho da economia neste primeiro semestre foi encaminhado ao Governo ao final da semana passada. E nele não só se contém a apreensão da classe industrial brasileira, quanto algumas advertências importantes sobre os rumos dos acontecimentos.

Para os empresários, as projeções construídas pelos gestores da área financeira, no bojo das negociações desenvolvidas com o Fundo Monetário Internacional, pecam pelo excesso de otimismo. Assim, a inflação prevista de 150% para este ano, conforme compromisso assumido pelo Brasil na recente carta de intenções entregue ao FMI, ultrapassará largamente esse percentual.

Com base em dados conjunturais recolhidos diretamente das empresas, a Confederação Nacional da Indústria sustenta que a expansão inflacionária deverá alcançar, até o final do ano, entre 172 e 182%. E isto, naturalmente, se fatores aleatórios, como as surpreendentes enchentes no Sul do País, não intervierem para alterar o curso normal dos acontecimentos.

Os dirigentes industriais, sobre cujos ombros repousam as responsabilidades pela sustentação do processo produtivo, preconizam a retomada do desenvolvimento, como única fórmula de resgatar o país da crise. A política recessivista atualmente praticada a conselho do FMI — segundo o empresariado brasileiro — não é

recomendável como fórmula econômica de superar as dificuldades que afligem o país.

E não é, sobretudo, — ainda com a palavra os empresários — porque as conversações estabelecidas com o FMI têm tomado números equivocados para respaldar os acordos. “Há evidência” — proclama a CNI — “de que a pressa e as avaliações errôneas de parte a parte — do Brasil e do FMI — contribuíram para a elaboração de planos e programas incapazes de serem cumpridos. Infelizmente, a estratégia de negociação, com base em hipóteses excessivamente otimistas, cedo mostrou-se inviável.”

Preocupa, também, os empresários o rigor da política monetária e creditícia, que responde por “vigorosa” redução do nível de atividade industrial, além de comprometer a estrutura do passivo de considerável parcela das indústrias nacionais.

Essas tensões no meio empresarial brasileiro na verdade se justificam tanto em razão do agravamento da crise quanto porque as providências adotadas emergencialmente estão-se revelando inócuas. A despeito de todas as medidas restritivas, que atingem tão dramaticamente a classe trabalhadora quanto as empresas, a debilitação do sistema econômico-financeiro segue cavalcando o lombo de uma hidra inflacionária que se mostra mais pujante do que os esforços para paralisá-la.

Em um país que optou pelo regime da economia de mercado, seguramente cabe ao Governo meditar sobre o que pensam e o que dizem os empresários, porque, agentes da livre concorrência, afinal são eles que asseguram os investimentos para a prosperidade nacional. Para negar esse direito, o Estado brasileiro teria antes que renunciar à forma capitalista de desenvolvimento do país.